

## FEVEREIRO 2025 - EDIÇÃO 33

- p. 10 MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG
- p. 15 MPC Cast 4ª temporada
- p. 16 "Controle em Foco" abre edital de submissão de artigos científicos para a 9ª edição
- p. 17 MPC-MG participa da posse do novo corpo dirigente do TCE-PA para o biênio 2025-2027
- p. 20 MPC-MG participa de primeira reunião da Arcco-MG de 2025
- p. 21 Assessora da Procuradoria-Geral ministra palestra para servidores de Vargem Grande do Rio Pardo
- p. 23 Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse da Mesa Diretora do TCE-SC
- p. 25 Procurador-Geral do MPC-MG participa de encontro com Conselheiros de Tribunais de Contas
- p. 27 Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse dos novos gestores do TCE-MG
- p. 29 Procurador-Geral do MPC-MG recebe Subprocurador-Geral de Contas do MPC-PA
- p. 30 Procurador-Geral do MPC-MG participa de evento sobre desafios da gestão municipal, realizado no TCM-GO
- p. 33 Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU
- p. 39 Subprocurador-Geral do MPC-MG prestigia posse do novo Ouvidor do MPMG
- p. 41 Procuradora do MPC-MG defende monografia em Especialização da UFMG
- p. 42 MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir

### E AINDA...

- p. 43 MPC-MG em Números
- p. 44 Lex Data
- p. 45 Coluna Iurisprudência

## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

por Simone Pereira



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco. Foto: JK Freitas.

**N**a manhã do dia 19, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, foi empossado Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), em cerimônia realizada no Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

A solenidade marcou a Posse Conjunta das novas diretorias da Ampcon e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) para o biênio 2025-2026. Na ocasião, foi reconduzida ao cargo, a Presidente do CNPGC, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado Costa e Silva e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, também foi empossado como Vice-Presidente/Diretor para a Região Sudeste no CNPGC.

## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)



A Mesa de Honra: Milene Dias da Cunha, Edilberto Pontes, João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello, Georges Seigneur, Vital do Rêgo, Cristina Machado, Marcílio Barenco, Edilson Silva, Paulo Penteado e Thaisse Craveiro. Foto: JK Freitas.

Além dos Presidentes empossados, compuseram a Mesa de Honra o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo; o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur; o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe, João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Edilson de Sousa Silva; o Presidente do Instituto Rui Barbosa, Edilberto Pontes; o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Paulo Penteado; a Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas, Milene Dias da Cunha; e a Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Thaisse Craveiro de Souza Oliveira.

### Discurso de Barenco

O novo Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, iniciou seu discurso destacando o compromisso da Associação, que completa 40 anos, com o aprimoramento da atuação dos Ministérios Públicos de Contas em todo o país. Ele enfatizou a importância da independência funcional do MPC, uma vez que essa autonomia é essencial para que o Órgão Ministerial exerça sua função de fiscalização e defesa do interesse público de maneira imparcial e efetiva.

Barenco ressaltou que a Constituição de 1988 foi um marco para a consolidação do MPC, estabelecendo sua função essencial à administração da justiça. “Somos instituição que se amolda à forma de estruturação do Estado brasileiro quando de sua redemocratização e assim permaneceremos em constante aprimoramento.” Ele também mencionou a recente decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5254), julgada em 2024, que reforçou a autonomia do MPC e determinou que os Tribunais de Contas garantam recursos necessários para o funcionamento do órgão: “Para que os membros do Ministério Público de Contas possam exercer suas funções de modo independente, com autonomia funcional, o respectivo Tribu-



O Presidente empossado, Marcílio Barenco, durante discurso. Foto: JK Freitas.



## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

nal de Contas deve garantir todos os recursos necessários, entre eles os recursos humanos e financeiros, sob pena de invalidação do ato e de responsabilidade.”

O Presidente da Ampcon destacou, ainda, o papel da entidade na defesa da instituição e na aproximação do MPC com a sociedade. Segundo ele, um dos desafios atuais é garantir que o Ministério Público de Contas seja reconhecido pelo seu protagonismo e relevância na fiscalização dos recursos públicos. “A Ampcon deve ser a instituição que visa dar suporte à ampliação das garantias, prerrogativas e instrumentos de atuação funcional dos Procuradores dos MPCs, que são elementos de salvaguarda e de defesa dos interesses sociais e de bem servir à população.” Ele reforçou que a transparência e a boa governança da Ampcon serão prioridades nos próximos dois anos de gestão.

Por fim, Barenco destacou que o fortalecimento do MPC passa pela atuação conjunta e coordenada de seus membros e pela troca de boas práticas entre as instituições. Ele ressaltou que a Ampcon continuará vigilante diante das mudanças institucionais e políticas, sempre em defesa da independência e do fortalecimento do controle externo. Encerrando seu discurso, citou uma célebre frase atribuída a Gandhi para reforçar a necessidade de comprometimento de todos na construção de um MPC mais forte e atuante: “Temos de nos tornar a mudança que queremos ver.”

### Demais discursos

#### Ministro Vital do Rêgo (Presidente do TCU)

O Ministro enfatizou a relevância do Ministério Público de Contas no sistema de controle e destacou o papel da Ampcon na defesa de sua autonomia. Ele mencionou o trabalho conjunto com os Tribunais de Contas, citando o *ClimateScanner* como um exemplo de atuação global coordenada, relacionada à mudança



O Presidente do TCU, Ministro Vital do Rêgo. Foto: JK Freitas.

do clima. “O Brasil tem uma responsabilidade enorme nesse processo e, com a liderança do Ministério Público de Contas e dos Tribunais de Contas, conseguiremos entregar resultados concretos na COP30”, afirmou.

#### Georges Carlos Federico Moreira Seigneur (Procurador-Geral de Justiça do DF e Presidente do CNPG)

Em seu discurso, Moreira destacou a importância do diálogo institucional para o fortalecimento do Ministério Público de Contas e, assim, evitar resistências ao controle externo. Ele defendeu que “o controle precisa ser exercido com responsabilidade e inteligência, buscando



O Procurador-Geral de Justiça do MPDFT e Presidente do CNPG, Georges Seigneur. Foto: JK Freitas.

## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

sempre a efetividade das políticas públicas e a aproximação com a sociedade”. Moreira também parabenizou a nova Diretoria da Ampcon, desejando sucesso na condução dos desafios da categoria.



O Presidente da Atricon, Edilson Silva. Foto: JK Freitas.

### Edilson de Souza Silva (Presidente da Atricon)

Edilson Silva enfatizou a relevância da parceria entre os Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas para aprimorar a fiscalização e garantir entregas mais eficientes à população. Ele ressaltou que “o Ministério Público de Contas tem um papel essencial na defesa do interesse público, na independência do controle e na construção de uma Administração Pública mais eficiente”. Também destacou o trabalho de Marcílio Barenco, afirmando que sua liderança “reforça o compromisso da instituição com o fortalecimento do controle externo”.

### Milene Dias da Cunha (Presidente da Audicon)

Milene Cunha destacou a importância da Ampcon na valorização da categoria e na defesa do interesse público. Ela ressaltou o legado da gestão anterior e elogiou a atuação de Barenco, afirmando que “sua trajetória é marcada pelo compromisso com a transparência e a defesa



A Presidente da Audicon, Milene Dias. Foto: JK Freitas.

intransigente da autonomia do Ministério Público de Contas”. Também enfatizou que “liderar exige resiliência e paciência, qualidades essenciais para enfrentar os desafios que virão”.

### Edilberto Pontes (Presidente do IRB)

Edilberto Pontes ressaltou o papel fundamental do Ministério Público de Contas no fortalecimento da fiscalização e na promoção da transparência na Administração Pública. Ele enfatizou que a atuação independente e qualificada dos membros do MPC contribui diretamente para o aperfeiçoamento do controle externo. “O Ministério Público de Contas tem um papel estratégico no sistema de controle, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de



O Presidente do IRB, Edilberto Pontes. Foto: JK Freitas.



## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

forma eficiente e em benefício da sociedade”, afirmou. Além disso, destacou a importância da cooperação entre o MPC e os Tribunais de Contas para aprimorar a análise técnica e embasar decisões mais justas e fundamentadas.



O Ex-Presidente da Ampcon e Procurador do MPC-SE, João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello.  
Foto: JK Freitas.

### João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello (Ex-Presidente da Ampcon)

Bandeira de Mello também abordou a relevância do Ministério Público de Contas, destacando sua função de fiscal da lei e de defensor da boa governança. Ele ressaltou que a atuação do MPC vai além da fiscalização, sendo fundamental na proposição de medidas corretivas e no fortalecimento da gestão pública. “O Ministério Público de Contas exerce um papel crucial na defesa do interesse público, apontando irregularidades, mas, também, contribuindo com soluções e orientações para a melhoria da Administração”, afirmou. Para ele, a sinergia entre o MPC e os Tribunais de Contas é um fator determinante para garantir um controle mais efetivo e alinhado às necessidades da sociedade.

### Thaisse Craveiro (Presidente da ANTC)

Thaisse Craveiro, também enfatizou a relevância do Ministério Público de Contas para o fortalecimento do controle externo e a governança



A Presidente da ANTC, Thaisse Craveiro de Souza Oliveira.  
Foto: JK Freitas.

dos Tribunais de Contas. Ela destacou a necessidade de aprimorar constantemente as instituições para atender às crescentes demandas sociais e reafirmou o compromisso da entidade com a nova gestão da Ampcon. “Contem com a ANTC nessa caminhada que se inicia”, afirmou, ressaltando que a colaboração entre Auditores e Procuradores é essencial para a evolução do sistema de fiscalização. Thaisse também desejou sucesso aos novos dirigentes e reforçou que “o que fica é o legado que a gente vai conseguir construir”.

### Cristina Machado da Costa e Silva (Presidente do CNPGC)

Cristina Machado da Costa e Silva também ressaltou o papel essencial do Ministério Público de Contas na fiscalização da gestão pública e na defesa dos interesses da sociedade. Ao assumir mais uma vez a Presidência do CNPGC, destacou a responsabilidade e o compromisso reafirmado com a integridade e a eficiência na atuação do órgão. “É extremamente gratificante atuar no controle externo e contribuir para que os escassos recursos públicos sejam bem utilizados, garantindo o bem-estar da população, em especial da sua parcela mais carente”, afirmou. Cristina também mencionou sua trajetória pessoal e profissional, destacando os desafios enfrentados ao longo do caminho e a

## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

importância da perseverança. “Nada que vem fácil na vida tem valor. Nós só valorizamos o que conquistamos com o suor do nosso rosto e com o cansaço do nosso corpo”, lembrou, citando um ensinamento de sua mãe.

Além de reforçar a atuação estratégica do MPC, Cristina enfatizou os avanços alcançados na implementação da Rede MP Contas, iniciativa voltada para fortalecer o intercâmbio de informações entre os Ministérios Públicos de Contas do país. “Nossa gestão se pautou pelo diálogo construtivo e colaborativo com os diversos atores do Sistema de Controle Externo”, afirmou. Ela também destacou a importância da interlocução com órgãos internacionais por meio da JURISSAI, organização que reúne instituições de controle com funções jurisdicionais. Segundo Cristina, a participação ativa do MPC nesse cenário internacional representa um passo significativo para fortalecer a atuação do órgão e ampliar sua contribuição para a transparência e a boa governança. “Renovo o meu compromisso de seguirmos juntos, firmes no propósito de fortalecer o Ministério Público de Contas e de contribuir para um Brasil mais justo, ético e democrático”, concluiu.



Marcílio Barenco assina o Termo de Posse.  
Foto: JK Freitas.



A Presidente do CNPGC, Cristina Machado, durante discurso. Foto: JK Freitas.



Cristina Machado assina o Termo de Posse.  
Foto: JK Freitas.



## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

### As autoridades

Entre as autoridades presentes, estavam os Deputados Federais Miguel Ângelo e Pedro Ayara; o Vice-Presidente do TCU Ministro Jorge Oliveira; os Ministros do TCU Walton Alencar e Antonio Anastasia; o Ministro Substituto do TCU Marcos Bemquerer; os Procuradores do MPTCU Marinus Marsico e Júlio Marcelo de Oliveira; o Presidente do TCE-PA, Fernando de Castro Ribeiro; o Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo de Andrade; o Vice-Presidente do TCE-MG, Agostinho Patrus; o Presidente do TCE-CE, Rholden Botelho de Queiroz; o Presidente do TCE-ES, Domingos Augusto Taufner; o Presidente do TCE-AP, Reginaldo Parnow Ennes; o Presidente do TCE-RR, Francisco José Brito Bezerra; o Vice-Presidente do TCE-PE, Carlos Neves; o Defensor Público-Geral Substituto da Defensoria Pública do DF, Fabrício Rodrigues; o Tenente-Coronel Douglas Martins Soares, representando a Coronel Jordana de Oliveira Figueiras, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais; o Presidente do TCM-GO, Joaquim Alves de Castro Neto; o Corregedor do TCE-MG, Gilberto Diniz; os Conselheiros em exercício do TCE-MG, Licurgo Mourão e Telmo Passareli; o Conselheiro aposentado do TCE-MG Sebastião Helvecio; o Desembargador Federal do TRF6 Flávio Boson Gambogi; o Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha (Soamar), Paulo Roberto Cardoso; a Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, Cristiana Fortini; a Presidente da ANTP, Adriana Augusta de Moura Souza; o Vice-Presidente do IRB e Conselheiro do TCE-RS, César Miola; o Defensor Público de Minas Gerais Luis Renato Braga Arêas Pinheiro; o Vice-Presidente da ANTC, Murillo Victor Umbelino Machado; o Presidente da ANMPM, Nelson Lacava Filho; Dos *Parquets* Especiais, prestigiaram a solenidade, os Procuradores Cristina Andrade Melo, Daniel Guimarães e Elke Moura (MPC-MG); Stanley Botti, Silaine Karine Vendramin, e Felipe Rosa Cruz (MPC-PA); Matheus

Pleutim de Miranda e Bryan Reichert Palmeira (MPC-MS); Gabriel Guy Léger (MPC-PR); Enio Andrade Pimenta (MPC-AL); Germana Galvão Cavalcanti Laureano (MPC-PE); Maisa de Castro Sousa (MPC-GO); Leticia Formoso Delsin Matuck Feres (MPC-SP); Antônio Clésio Cunha dos Santos (MPC-AP); Camila Luz de Oliveira (MPC-BA); Miguidônio Inácio Loiola Neto (MPC-RO); Oziel Pereira dos Santos (MPC-TO); José Américo da Costa Júnior (MPCM-GO); Eduardo Santos Rolemberg Côrtes (MPC-SE); Diogo Ringenberg (MPC-SP); e Claudia Fernanda (MPC-DF). ■

### Empossados Ampcon

#### Presidente

Marcílio Barenco Corrêa de Mello  
Procurador-Geral do MPC-MG

#### Vice-Presidente

Rodrigo Medeiros de Lima  
Procurador do MPTCU

#### 1ª Tesoureira

Cristina Andrade Melo  
Procuradora do MPC-MG

#### 2º Tesoureiro

Enio Andrade Pimenta  
Procurador-Geral do MPC-AL

#### 1º Diretor Executivo

Daniel de Carvalho Guimarães  
Subprocurador-Geral do MPC-MG

#### 2º Diretor Executivo

Gabriel Guy Léger  
Procurador-Geral do MPC-PR

#### Diretora Adjunta

Germana Galvão Cavalcanti Laureano  
Procuradora do MPC-PE

## Procurador-Geral do MPC-MG é empossado Presidente da Ampcon

(continuação)

### Diretora Adjunta

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira  
Procuradora e Corregedora-Geral do MPC-RO

### Diretora Adjunta

Maisa de Castro Sousa  
Procuradora do MPC-GO

### Diretora Adjunta

Rachel Barbalho Ribeiro Silva  
Procuradora do MPC-AP

### Diretor Adjunto

Stanley Botti Fernandes  
Procurador do MPC-PA



Da direita para a esquerda: Maisa de Castro Sousa, Érika Saldanha, Germana Galvão Cavalcanti Laureano, Cristina Andrade Melo, Gabriel Guy Léger, Enio Andrade Pimenta, Daniel Guimarães, Stanley Botti, Silaine Vendramin e Felipe Rosa Cruz. Foto: JK Freitas.

## Empossados CNPGC

### Presidente

Cristina Machado Costa e Silva  
Procuradora-Geral do MPTCU

### Vice-Presidente, Diretor para a Região Norte

Stephenson Oliveira Viter  
Procurador-Geral do MPC-PA

### Vice-Presidente, Diretora para a Região Nordeste

Camila Luz de Oliveira  
Procuradora-Geral do MPC-BA

### Diretora para a Região Sul

Cibelly Farias  
Procuradora-Geral do MPC-SC

### Diretor para a Região Sudeste

Marcílio Barenco Corrêa de Mello  
Procurador-Geral do MPC-MG

### Diretor para a Região Centro-Oeste

Henrique Pandim Barbosa Machado  
Procurador-Geral do MPC-MG

### Tesoureiro

Carlos Gustavo Silva Rodrigues  
Procurador-Geral do MPC-GO

### Diretor Executivo

Demóstenes Tres Albuquerque  
Procurador-Geral do MPC-DF

### Conselheiro 1

Oziel Pereira dos Santos  
Procurador-Geral do MPC-TO

### Suplente 1

Miguidônio Inácio Loiola Neto  
Procurador-Geral do MPC-RO

### Conselheira 2

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres  
Procuradora-Geral do MPC-SP

### Suplente 2

Ângelo Gräbin Borghetti  
Procurador-Geral do MPC-RS

### Conselheiro 3

Antônio Clésio Cunha dos Santos  
Procurador-Geral do MPC-AP

### Suplente 3

Eduardo Santos Rolemberg Côrtes  
Procurador-Geral do MPC-SE



**Procurador-Geral do MPC-MG é  
empossado Presidente da Ampcon**  
(continuação)

**GALERIA DE FOTOS**



1



2



3



4



5



6



7

**LEGENDAS**

**1:** Da direita para a esquerda: Durval Ângelo de Andrade, Sebastião Helvecio, Gilberto Diniz e Telmo Passareli. | **2:** Júlio Marcelo de Oliveira, Diogo Rigenberg e Marcílio Barenco. | **3:** Renato Braga Arêas Pinheiro, Marcílio Barenco e Pedro Ayara. | **4:** À frente: Elke Moura e Licurgo Mourão. | **5:** Stanley Botti, Marcílio Barenco, Cristina Machado, Silaine Vendramin, Felipe Rosa Cruz e Rodrigo Medeiros. | **6:** Antonio Clésio, Camila Luz, Stanley Botti, Érika Saldanha, Cristina Machado, Maísa de Castro, Cristina Andrade Melo, Marcílio Barenco, Rodrigo Medeiros, Daniel Guimarães, Germana Laureano, Gabriel Guy Léger e Oziel Pereira. | **7:** Autoridades presentes na solenidade. |  
Fotos: JK Freitas.



## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

por Simone Pereira



O dispositivo de honra. Foto: JK Freitas.

**N**a tarde do dia 13, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, representou o Órgão Ministerial e a Associação na Sessão Solene de Posse da nova Diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que aconteceu no Teatro Sesiminas, em Belo Horizonte. Também prestigiaram o evento o Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães; a Procuradora Ouvidora, Elke Moura; a Procuradora Corregedora, Sara Meinberg; as Procuradoras Maria Cecília Borges e Cristina Andrade Melo; e o Procurador Glaydson Massaria.

Na ocasião, foram empossados o Conselheiro Durval Ângelo, como Presidente; o Conselheiro Agostinho Patrus, como Vice-Presidente; e o



À frente: o Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães; a Procuradora Ouvidora, Elke Moura; o Procurador Glaydson Massaria; a Procuradora Maria Cecília Borges; a Procuradora Corregedora, Sara Meinberg; e a Procuradora Cristina Andrade Melo. Foto: JK Freitas.



## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

(continuação)

Conselheiro Gilberto Diniz, como Corregedor, que repassou a faixa da Presidência da Corte de Contas mineira.



O Vice-Presidente, Conselheiro Agostinho Patrus; o Presidente, Conselheiro Durval Ângelo; e o Corregedor, Conselheiro Gilberto Diniz. Foto: JK Freitas.

Estavam presentes o Conselheiro Mauri Torres; os Conselheiros em exercício Telmo Passareli, Licurgo Mourão e Hamilton Coelho; o Conselheiro Substituto Adonias Monteiro; e os Conselheiros aposentados Sebastião Helvecio e Wanderley Ávila.

Após a composição do dispositivo de honra, o Presidente sucedido, Gilberto Diniz, declarou aberta a Sessão Solene, quando foi executado o Hino Nacional, interpretado pelo músico mineiro Pereira da Viola.

### Mesa de Honra

Além do Procurador-Geral do MPC-MG e das autoridades supracitadas, compuseram a Mesa de Honra: o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Martins Leite; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; o Deputado Federal Miguel Ângelo; o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Antônio Fabrício



Da direita para a esquerda: o Conselheiro Mauri Torres; os Conselheiros em Exercício Telmo Passareli, Licurgo Mourão e Hamilton Coelho; e o Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Foto: JK Freitas.

de Matos Gonçalves; o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antonio Anastasia; o Prefeito em exercício do Município de Belo Horizonte, Álvaro Damião; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) José Afrânio Vilela; a Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lobo; a Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida; o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Juliano Lopes; o Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), Desembargador Vallisney de Souza Oliveira; o Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Cardoso de Magalhães; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Paulo de Tarso Morais Filho; e a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia.

Na sequência, foi realizada a leitura e assinatura do Termo de Posse e a prestação do compromisso pelos novos dirigentes. A solenidade também contou com apresentação cultural e discursos de diversas autoridades. Entre os oradores, destacaram-se o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco; o Conselheiro Adonias Monteiro; o

## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

(continuação)

Presidente da Atricon, Edilson de Sousa Silva; e o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema.

### Destaques dos discursos

#### Gilberto Diniz

O Presidente sucedido encerrou sua gestão relembrando sua trajetória no TCE-MG, iniciada como analista, passando por Conselheiro Substituto até alcançar o cargo de Conselheiro. Mencionou realizações importantes de sua gestão, como a formalização de termos de cooperação técnica, incluindo parcerias com a UFMG e a Empresa Mineira de Comunicação. Também ressaltou a criação do curso de Mestrado em parceria com a Fundação Dom Cabral.

Agradeceu o apoio e a colaboração dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos Procuradores do Ministério Público de Contas, de seus pares no Tribunal, servidores e jurisdicionados. Fez menção especial a Edilson Silva (Atricon), Edilberto Pontes (IRB) e Luís Antônio Guaraná (CNPTC).

Destacou as qualidades dos novos dirigentes do Tribunal, afirmando que a instituição estará em ótimas mãos. Por fim, desejou sucesso à nova gestão.



Gilberto Diniz faz balanço de sua gestão. Foto: JK Freitas.

#### Marcílio Barenco

O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, por sua vez, homenageou Gilberto Diniz pelo trabalho realizado, ressaltando que sua gestão foi pautada pela transparência e pela eficiência. Ao saudar o novo Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, enfatizou sua trajetória política e acadêmica, destacando sua capacidade de liderança e seu compromisso com o interesse público.

*“Desejo-lhe, não apenas êxito nesta missão tão nobre, mas também sabedoria para liderar com integridade, coragem para enfrentar desafios, empatia para perceber as necessidades da sociedade e visão para construir um legado que fortaleça ainda mais a Corte de Contas mineira”*

Ele também desejou sucesso ao novo Vice-Presidente, Agostinho Patrus, e ao Corregedor, Gilberto Diniz, ressaltando a competência e o compromisso de ambos com a gestão pública.



O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, durante seu discurso. Foto: JK Freitas.



## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

(continuação)

### Romeu Zema

O Governador de Minas ressaltou a importância da transparência na gestão pública e o papel da Corte de Contas no equilíbrio fiscal do Estado. “A informação de interesse público, principalmente aquela que afeta a vida das pessoas diretamente, deve estar à disposição da população e das autoridades competentes”, afirmou. Segundo ele, com o apoio do TCE-MG e da Controladoria-Geral do Estado, Minas Gerais alcançou a liderança no *ranking* de transparência pública da Controladoria-Geral da União (CGU).

Também agradeceu o apoio dos Conselheiros e das equipes técnicas do TCE-MG, destacando que a atuação do órgão permitiu que o governo mantivesse o equilíbrio fiscal consecutivo por quatro anos. Ao desejar sucesso ao novo Presidente do Tribunal, Zema falou da trajetória de Durval Ângelo e de sua experiência no Legislativo mineiro: “Meus votos são de que cumpra o seu papel com isenção e rigor técnico para orientar os processos deste Tribunal”, concluiu.

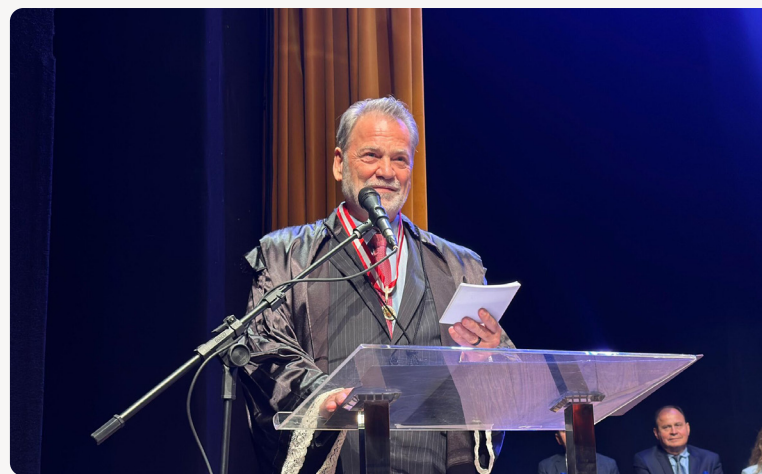
### Durval Ângelo

Ao assumir a palavra, o Presidente empossado reforçou seu compromisso com a inclusão social e a defesa dos mais vulneráveis, destacando que políticas públicas devem atender a população que mais precisa. Ele citou Dom Luciano Mendes de Almeida e mencionou a escolha musical da cerimônia, interpretada por Pereira da Viola, como um símbolo de justiça social.

Ressaltou a importância do TCE-MG na promoção da transparência e na fiscalização do uso eficiente dos recursos públicos, priorizando áreas como educação, saúde, segurança e infraestrutura. Também destacou a parceria com instituições como a Atricon e o Instituto Rui Barbosa para fortalecer o controle externo e aprimorar a gestão pública.



O Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, ao púlpito. Foto: JK Freitas.



O Presidente empossado, Durval Ângelo, discursando. Foto: JK Freitas.

Segundo ele, a modernização do Tribunal de Contas será um dos focos da nova gestão, incluindo o uso de inteligência artificial na análise de dados e identificação de riscos. Além disso, anunciou o acompanhamento das políticas voltadas para a primeira infância nos 853 Municípios mineiros, reforçando o compromisso da Corte com a fiscalização de políticas públicas essenciais.

Reafirmou o lema da gestão: “Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, transformando o controle em resultado”, destacando a importância da fiscalização para a melhoria da Administração Pública. Ele agradeceu aos Conselheiros, servidores e parceiros institucionais, ressaltan-



## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

(continuação)

do a relevância do Ministério Público de Contas no fortalecimento do controle externo.

“Gostaria de destacar também o papel fundamental do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal, essencial para garantir a probidade administrativa e a correta aplicação dos recursos públicos. Com sua atuação independente e combativa, o Ministério Público de Contas contribui para fortalecer o controle externo e para que este Tribunal cumpra sua missão com efetividade. Na pessoa do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco Corrêa de Mello, conte com este Tribunal para, em conjunto, seguirmos firmes na defesa do interesse público e na construção de uma sociedade mais justa e transparente.

Ao fim de seu discurso, Durval Ângelo declarou encerrada a Sessão Solene. ■



O Presidente da Atricon, Edilson de Sousa Silva, durante sua fala. Foto: JK Freitas.



Discurso do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Foto: JK Freitas.



O público do evento. Foto: JK Freitas.



Daniel Guimarães, Marcílio Barenco, Licurgo Mourão e Cristina Andrade Melo. Foto: JK Freitas.



## MPC-MG prestigia Posse Solene de novos dirigentes do TCE-MG

(continuação)

### GALERIA DE FOTOS



1



2



3

#### LEGENDAS

**1:** Maria Cecília Borges, Adonias Monteiro, Licurgo Mourão, Marcílio Barenco, Elke Moura e Daniel Guimarães. | **2:** Apresentação musical. | **3:** Antonio Anastasia, Carmen Lúcia, Luiz Carlos Corrêa Junior e Tadeus Martins Leite na Mesa de Honra. | Fotos: JK Freitas.

## MPC Cast 4ª temporada

por Simone Pereira



Neste episódio do MPC Cast, o convidado é o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), **Marcílio Barenco**. Recém-empossado na presidência da entidade, Barenco falou sobre o papel da Ampcon na defesa do Ministério Público de Contas, os desafios para assegurar a autonomia administrativa e funcional dos órgãos ministeriais e a importância de fortalecer a fiscalização dos recursos públicos.

Além disso, o episódio abordou a trajetória da Ampcon, que completa 40 anos em 2025, destacando conquistas relevantes ao longo de sua história e os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Também foram discutidas as iniciativas da Associação para ampliar a efetividade do controle externo, promovendo debates e articulações estratégicas que reforcem o papel do MPC na fiscalização e na transparência da Administração Pública.

O episódio completo já está disponível no Spotify e no YouTube! ■

## “Controle em Foco” abre edital de submissão de artigos científicos para a 9ª edição

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



A “Controle em Foco: Revista do MPC-MG” publicou, no dia 3, o Edital n. 001/2025, para submissão de artigos científicos que comporão sua 9ª edição.

Com lançamento previsto para junho de 2025, a Revista receberá originais para avaliação até 20 de março de 2025. Os interessados deverão enviar seus trabalhos, preferencialmente, via site **Controle em Foco: Revista MPC-MG** ou para o e-mail: [revistampc@mpc.mg.gov.br](mailto:revistampc@mpc.mg.gov.br).

Para outras informações, acesse o edital [aqui](#).

### SAIBA MAIS

Com periodicidade semestral, a publicação do MPC-MG possui três seções (artigos de opinião, artigos de comentários à jurisprudência e artigos científicos), e tem como objetivo promover a produção e disseminação de conhecimentos nas áreas relacionadas ao controle da Administração Pública.

Os temas abrangidos incluem: Direito Público, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, Ciência Política, Sociologia Jurídica, Administração Pública, Contabilidade Pública e Ciências Econômicas.





## MPC-MG participa da posse do novo corpo dirigente do TCE-PA para o biênio 2025-2027

por Simone Pereira



A Mesa de Honra. Foto: TJPA.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais esteve presente na solenidade de posse do novo corpo dirigente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) para o biênio 2025-2027, realizada na manhã do dia 31 de janeiro.

O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, representou o Órgão Ministerial no evento. Também marcou presença o Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria. Da Corte de Contas mineira, prestigiou a cerimônia o Presidente, Conselheiro Gilberto Diniz.

Foram empossados o Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro como Presidente do TCE-PA, o Conselheiro Luís da Cunha Teixeira como Vice-Presidente e o Conselheiro Odilon Inácio Teixeira como Corregedor. A nova gestão

assume a responsabilidade de conduzir o Tribunal nos próximos dois anos, fortalecendo o controle externo e a fiscalização das contas públicas no Estado do Pará.



As autoridades presentes no evento; Na segunda fileira, (da direita para a esquerda) Gilberto Diniz, Marcílio Barenco e Glaydson Massaria. Foto: TCE-PA.

## MPC-MG participa da posse do novo corpo dirigente do TCE-PA para o biênio 2025-2027

(continuação)



Luís da Cunha Teixeira, Fernando de Castro Ribeiro e Odilon Inácio Teixeira. Foto: TCE-PA.

### Discurso da Conselheira Presidente sucedida

Em seu discurso, a Conselheira Presidente sucedida, Rosa Egídia, apontou, entre os avanços de sua gestão, a inovação tecnológica para maior eficiência e transparência, o fortalecimento da capacitação dos servidores, a ampliação do diálogo com gestores e sociedade, além do aprimoramento das auditorias preventivas e das ações interinstitucionais voltadas para equidade e sustentabilidade na gestão pública.

Rosa Egídia ressaltou ainda a importância dos servidores, destacando-os como “força motriz do Tribunal” e, ao concluir sua fala, reafirmou seu compromisso com a ética, a eficiência e a legalidade na Administração Pública, ressaltando a importância do trabalho do Tribunal de Contas para o fortalecimento da gestão pública e para o benefício da população.

### Rito de posse e discurso do Procurador-Geral do MPC-PA

Posteriormente, seguiu-se o rito de posse, com a assinatura do Termo e o juramento pelos empossados. Após, o Procurador-Geral do MPC-PA, Stephenson Vicer, fez seu discurso

ressaltando o caráter, a lealdade e a dedicação do Presidente empossado, Fernando Ribeiro, à institucionalidade do Ministério Público de Contas. Destacou a visão federalista de Fernando Ribeiro, que sempre defendeu a importância da conformação das normas para atender às necessidades dos Estados, e sua postura assertiva no campo legislativo, especialmente no processo de aprovação da Lei Orgânica do MPC. Ressaltou também que o Presidente tem se mostrado uma figura essencial no fortalecimento do Ministério Público de Contas, sendo uma liderança disruptiva e visionária que busca sempre simplificar desafios e alinhar o controle externo com a realidade institucional.

Por fim, o Procurador-Geral enfatizou a expectativa positiva para o próximo mandato de Fernando Ribeiro, citando que sua gestão será marcada por pragmatismo, objetividade e coerência. Vicer também destacou a presença do Conselheiro Luiz Cunha como Vice-Presidente, ressaltando sua experiência política e espírito público, afirmando que ele será um grande aliado na gestão do Presidente Fernando Ribeiro, garantindo apoio e colaboração no enfrentamento dos desafios diários da Administração Pública.



O Procurador-Geral do MPC-PA, Stephenson Vicer, durante seu discurso. Foto: TCE-PA.



## MPC-MG participa da posse do novo corpo dirigente do TCE-PA para o biênio 2025-2027

(continuação)

### Pronunciamento do Conselheiro Presidente empossado

Em seu pronunciamento, o Conselheiro empossado Presidente, Fernando de Castro Ribeiro, primeiramente, agradeceu a confiança recebida de seus colegas Conselheiros, destacando a importância da união e do trabalho coletivo na gestão do Tribunal. Ele fez um breve reconhecimento aos ex-Presidentes, destacando as contribuições de cada um, especialmente no que diz respeito à digitalização de processos, à realização de concursos públicos e à promoção da equidade racial. Ribeiro expressou também a continuidade dos projetos iniciados pelas gestões anteriores, como a digitalização e a capacitação de novos servidores.

Além disso, Ribeiro reforçou o valor da independência do Tribunal, destacando a importância de preservar a autonomia da instituição e de garantir a transparência no uso dos recursos públicos. Ele mencionou que, apesar das mudanças que a gestão poderia enfrentar, a sua prioridade seria respeitar as prerrogativas do Ministério Público de Contas e de seus membros, reafirmando a visão de que o Pará tem uma organização institucional e administrativa exemplar no controle das contas públicas. Ribeiro também agradeceu aos servidores do Tribunal, destacando-os como o maior patrimônio da instituição, e reafirmou seu compromisso com o fortalecimento do controle externo no Estado.

O Presidente empossado encerrou sua fala destacando a importância dos Tribunais de Contas no sistema de controle e fiscalização das finanças públicas no Brasil. Afirmou que, além de fiscalizar, as Cortes de Contas têm uma visão expandida, contribuindo para a orientação das políticas públicas e incentivando práticas sustentáveis e o uso responsável

dos recursos. Fernando Ribeiro fez um agradecimento especial aos Procuradores, servidores e autoridades presentes, reforçando seu compromisso com a missão do Tribunal e o trabalho conjunto para consolidar sua atuação.

### A voz do MPC-MG

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, destacou a importância do trabalho conjunto entre as instituições:



*O Ministério Público de Contas reafirma seu compromisso com a defesa do interesse público e o aprimoramento da fiscalização dos recursos públicos. A nova gestão do TCE-PA assume um papel fundamental nesse processo, e estamos certos de que essa parceria continuará a fortalecer a transparência e a eficiência na Administração Pública.*



### As autoridades presentes

Além das autoridades citadas, estiveram presentes, do MPC-PA: Stanley Botti Fernandes, Subprocurador-Geral de Contas e Diretor Adjunto da Ampcon; Deila Barbosa Maia, Corregedora-Geral; Silaine Karine Vendramin; Felipe Rosa Cruz; Guilherme da Costa Sperry; Patrick Bezerra Mesquita; e Danielle Fátima Pereira da Costa.

Do MPCM, prestigiaram a solenidade, o Subprocurador-Geral, Marcelo Fonseca Barros; a Ouvidora, Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros; a Corregedora-Geral, Maria Regina Franco Cunha; e a Procuradora Érika Monique Paraense Serra Vasconcelos.

Ainda marcaram presença a Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conse-

## MPC-MG participa da posse do novo corpo dirigente do TCE-PA para o biênio 2025-2027

(continuação)

Iheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Conselheira Substituta Milene Dias da Cunha; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson de Souza Silva;

o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima; além de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário paraense e de outros Estados e do Governo Federal. ■

## MPC-MG participa de primeira reunião da Arcco-MG de 2025

por Simone Pereira

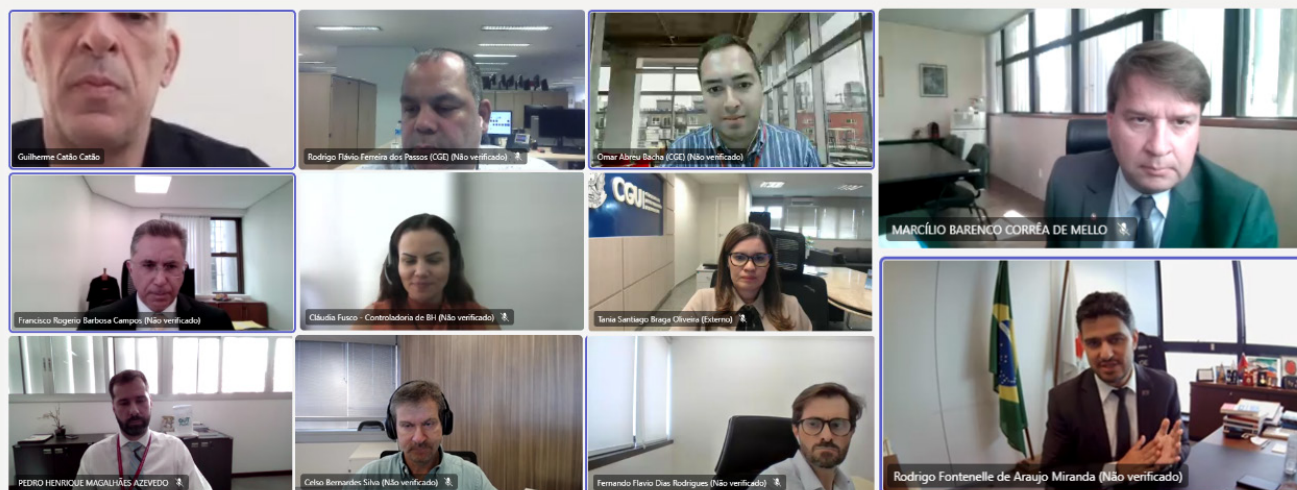


Foto: Reprodução.

**N**a manhã do dia, 4, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, participou da primeira reunião de 2025 da Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção no Estado de Minas Gerais (Arcco-MG). O encontro, conduzido pelo Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, reuniu representantes de diversas instituições de controle e fiscalização para alinhar estratégias e ações conjuntas para o ano.

Entre os participantes estavam integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Município de Belo Horizonte (PBH).

A Coordenação Executiva da Arcco-MG para o biênio 2025-2026 foi eleita durante a reu-



## MPC-MG participa de primeira reunião da Arcco-MG de 2025

(continuação)

nião, ficará a cargo da PCMG, na ocasião, representada pelo Delegado de Polícia Guilherme Catão.

Outro ponto de destaque foi a aprovação do ingresso da Defensoria Pública de Minas Gerais na Arcco-MG, fortalecendo ainda mais a rede de cooperação e controle no Estado.

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barrenco, destacou a importância da integração entre as instituições na luta contra a corrupção:

“

*A Arcco-MG é um espaço fundamental para que possamos pensar e executar, conjuntamente, estratégias mais eficazes de prevenção e combate à corrup-*

*ção. A entrada da Defensoria Pública agrega ainda mais à Rede e fortalece nosso compromisso com a transparência e a defesa dos interesses da sociedade.*

”

### SAIBA MAIS

A Arcco-MG é uma rede formada por órgãos e instituições da Administração Pública com o objetivo de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão do Poder Público, ao diagnóstico e combate à corrupção, bem como ao fortalecimento, ampliação e aprimoramento da articulação interinstitucional. ■

## Assessora da Procuradoria-Geral ministra palestra para servidores de Vargem Grande do Rio Pardo

por Simone Pereira

No dia 5, a Assessora da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Maria Tereza Dias, ministrou palestra para servidores e gestores do Município de Vargem Grande do Rio Pardo, sobre Conflitos de Interesse na Administração Pública.

Ocorrido virtualmente, o encontro foi prestigiado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e pelo Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Éverton Moebus. A palestra corresponde a uma das ações do projeto do MPMG denominado MP Itinerante, do qual o *Parquet* Especial mineiro é integrante.

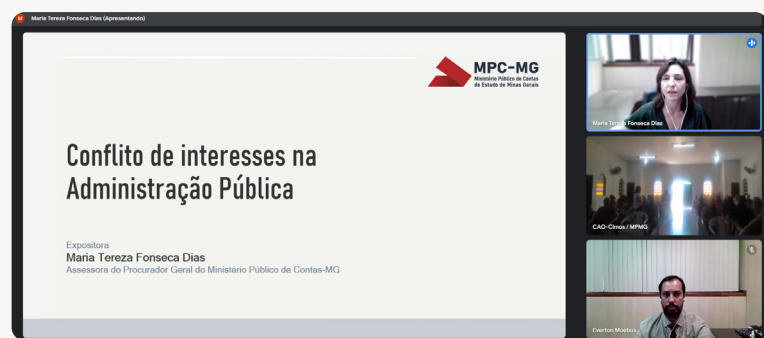


Foto: Reprodução.

### A palestra

O conflito de interesses na Administração Pública ocorre quando interesses privados de agentes públicos entram em choque com o interesse

## Assessora da Procuradoria-Geral ministra palestra para servidores de Vargem Grande do Rio Pardo

(continuação)

coletivo, comprometendo a imparcialidade na tomada de decisões. Nesse sentido, Maria Tereza Dias explicou que a ética, a transparência e a integridade são fundamentais para a boa gestão pública e destacou que a conduta dos servidores não deve se limitar ao cumprimento mínimo da Lei, mas sim, priorizar o interesse público em todas as suas ações.

Maria Tereza ressaltou que a legislação brasileira prevê medidas para prevenir e punir conflitos de interesse, como a Lei federal nº 12.813/2013, que proíbe o uso de informações privilegiadas e restringe a atuação de servidores em atividades que possam gerar favorecimento pessoal. No âmbito estadual, o Estado de Minas Gerais regulamentou a questão com a Lei nº 48.417/2022 e o Decreto nº 48.417/2022, que detalham as responsabilidades das comissões de ética e do Conselho de Ética Pública (Conset). Além disso, ela pontuou que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei federal nº 14.133/2021) estabelece restrições à participação de agentes públicos em processos de contratação governamental.

A Assessora explicou que algumas situações configuram conflito de interesses, como o uso

indevido de informações sigilosas, a atuação como intermediário de interesses privados dentro da Administração e a manutenção de vínculos profissionais com entidades beneficiadas por decisões do agente público. Maria Tereza apontou que, mesmo após deixar o cargo, há um período de quarentena de seis meses, no qual ex-servidores não podem trabalhar diretamente para empresas com as quais tiveram relações institucionais. Segundo ela, o descumprimento dessas normas pode levar a punições severas, como demissão e enquadramento por improbidade administrativa.

Para enfrentar os desafios na aplicação dessas regras, a Assessora enfatizou a necessidade de fortalecer a cultura da integridade no serviço público. Ela defendeu a adoção de medidas como análises de risco em contratos (due diligence), maior transparência nas manifestações das comissões de ética e a criação de precedentes para orientar os agentes públicos. Por fim, Maria Tereza ressaltou que essas ações são essenciais para evitar conflitos de interesse e garantir a confiança da sociedade nas instituições governamentais. ■

A imagem mostra uma apresentação de slides sobre ética e integridade pública. O slide principal, intitulado "Premissas conceituais: ética, moral, compliance, integridade pública", define os seguintes conceitos:

- Conduta ética:** A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve (ENAP).
- Moral:** A moral é o estudo dos hábitos ou costumes de um povo ou grupo humano. Nem tudo o que se acostuma a fazer e que é aceito por algumas pessoas é realmente o virtuoso;
- Probidade:** - moralidade qualificada
- Compliance:** (conformidade) significa estar em conformidade com determinadas leis, normas e regras ou às políticas corporativas.
- Integridade pública:** refere-se ao conceito de honestidade, ética, transparência e responsabilidade nas atividades, decisões e comportamentos dos servidores públicos e dos órgãos governamentais. É uma qualidade essencial para garantir a confiança e o respeito da população em relação ao governo e suas instituições. (UFOP)

Na parte inferior do slide, há links para a ENAP e a UFOP, e uma referência ao "Conflito de interesses na Administração Pública".

No canto inferior direito, há uma interface de vídeo chamada com três participantes: Maria Tereza Fonseca Dias (Apresentando), CAO-Cimos / MPMG e Everton Moebus.

Foto: Reprodução.



## Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse da Mesa Diretora do TCE-SC

por Simone Pereira



A Mesa de Honra. Foto: TCE-SC.

**N**a noite do dia 11, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou da Sessão Especial de Posse dos dirigentes do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), para o biênio 2025-2027.

O evento, realizado no auditório do TCE-SC em Florianópolis, oficializou a recondução do Conselheiro Herneus João Nadal à Presidência da Corte de Contas catarinense, tendo como Vice-Presidente o Conselheiro José Nei Alberton Ascari, e como Corregedor-Geral o Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

Além dos Conselheiros reconduzidos e do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, compuseram a Mesa de Honra o Procurador-Geral do MPC-SC em exercício, Diogo Rober-

to Ringenberg; o Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Júlio Garcia; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargador Francisco José de Oliveira Neto; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina em exercício, Durval da Silva Amorim; a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Maria do Rocio Luz Santa Rita; o Procurador-Chefe do Ministério Público Federal de Santa Catarina, Daniel Hicken; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson de Souza Silva; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima; o Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Conse-

## Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse da Mesa Diretora do TCE-SC

(continuação)

Iheiro Luiz Antônio Guaraná; o representante da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselheiro Nelson Pelegrino; o representante da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Prefeito de Tubarão, Estêner Soratto da Silva Júnior; e a Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Santa Catarina (OAB/SC), Doutora Gisele Cittadin Schramm. Também esteve presente o Procurador do MPC-SC Sérgio Ramos Filho.

A solenidade contou com a presença de autoridades dos Tribunais de Contas de diversos Estados, membros do Ministério Público, representantes dos Três Poderes nas esferas municipal, estadual e federal, além de servidores e convidados.

Com apresentação cultural e a execução do Hino Nacional, a solenidade foi declarada aberta e foi exibido vídeo de prestação de contas. Posteriormente, seguiu-se o rito de recondução e foi assinado o Termo de Posse pelos

membros reconduzidos. Logo após, falou em nome dos Tribunais de Contas, o Presidente da Atricon, Conselheiro Edilson de Souza Silva, que ressaltou a competência constitucional dos Tribunais de Contas para acompanhar a aplicação dos recursos públicos, assegurando transparência e eficiência à gestão pública. “O Tribunal de Contas de Santa Catarina dá um exemplo claro de que o Brasil precisa de união, esforço, comprometimento e muito trabalho para o bem comum”, destacou.

Por sua vez, o Presidente reconduzido, Conselheiro Herneus João de Nadal, expressou profunda gratidão e compromisso com a instituição e os valores da transparência e eficiência na gestão pública, destacando a importância da confiança renovada e do trabalho conjunto com os Conselheiros José Ney Ascar, Vice-Presidente, e Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Corregedor-Geral.

Nadal também abordou o papel do Tribunal de Contas no aprimoramento da gestão pública e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. “Nosso dever com a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana é contínuo. O cidadão é o foco de nossas ações”, afirmou. Ele destacou a importância do controle externo para garantir a aplicação adequada dos recursos públicos, com ênfase nos mais vulneráveis e desassistidos, que são os mais dependentes das políticas públicas do Estado.

O Conselheiro Presidente reeleito finalizou sua fala reforçando o compromisso de qualificar e valorizar o servidor público, essencial para o êxito do controle externo. “Faremos isso com diálogo franco e responsável”, concluiu, reafirmando que o objetivo da Corte de Contas é garantir que as políticas públicas atendam de forma efetiva às necessidades da população catarinense.



O Conselheiro Herneus João Nadal em seu discurso.  
Foto: TCE-SC.



## Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse da Mesa Diretora do TCE-SC

(continuação)

Após sua fala, o Presidente declarou encerrada a Sessão e foi executado o Hino do Estado de Santa Catarina.

### A voz do MPC-MG

O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, parabeniza a nova Mesa Diretora do TCE-SC e destaca a importância da continuidade dos trabalhos na Corte de Contas catarinense:

“

A recondução dos dirigentes do TCE-SC é um reflexo do comprometimento e da excelência com que vêm exercendo suas funções. Desejo muito sucesso nessa nova gestão, que certamente continuará contribuindo para o fortalecimento do controle externo e da boa governança. Parabéns a todos os membros da nova

Mesa Diretora e a toda a equipe da Corte de Contas catarinense pelo trabalho dedicado e essencial para a sociedade. ■

”



O público do evento. Foto: TCE-SC.

## Procurador-Geral do MPC-MG participa de encontro com Conselheiros de Tribunais de Contas

por Simone Pereira



As autoridades presentes no evento.  
Foto: Agência Minas.

Na manhã do dia 14, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, representou o Órgão Ministerial e a Associação no encontro realizado no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, que reuniu Conselheiros de Tribunais de Contas de diversas regiões do Brasil, entre eles, o novo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Conselheiro Durval Ângelo, e contou com a presença do Vice-Governador de Minas Gerais, Professor Mateus.



## Procurador-Geral do MPC-MG participa de encontro com Conselheiros de Tribunais de Contas

(continuação)

Da Corte de Contas mineira, também estiveram presentes o Vice-Presidente, Agostinho Patrus; os Conselheiros em exercício Telmo Passareli, Licurgo Mourão e Hamilton Coelho; e o Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Também participaram o Presidente da Atricon, Edilson de Sousa Silva; e o Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa.

A reunião contou com representantes dos Tribunais de Contas de oito Estados – Rondônia, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Acre e Ceará –, além de Secretários e outras autoridades estaduais. Durante o evento, foi ressaltada a importância do trabalho conjunto entre os órgãos de controle para garantir a transparência e a eficiência na gestão pública.

No encontro, também foi abordada a importância da relação institucional entre os órgãos de fiscalização e o Governo de Minas Gerais, destacando iniciativas como o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que busca reduzir juros e alongar prazos, contribuindo para a melhoria da gestão financeira do Estado. ■



Durval Ângelo, Edilson Silva, Marcílio Barenco e Licurgo Mourão. Foto: Acervo pessoal.



O Conselheiro recém-empossado, Durval Ângelo, na coletiva, e as autoridades presentes. Foto: Acervo pessoal.



Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Mateus Simões, Durval Ângelo, Edilson Silva, Marcílio Barenco, Licurgo Mourão, Telmo Passareli e Hamilton Coelho. Foto: Acervo pessoal.



## Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse dos novos gestores do TCE-MG

por Simone Pereira

No dia 14, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou da solenidade de posse da nova equipe diretiva do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). O evento, conduzido pelo Conselheiro Presidente, Durval Ângelo, marca o início de uma gestão voltada para o fortalecimento da fiscalização e do controle externo no Estado, com foco em resultados.

Durante a solenidade, Durval Ângelo reforçou a relevância das diretrizes da gestão, citando a obra *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, para ilustrar a necessidade de uma equipe comprometida com o bem comum. “Buscamos reunir uma equipe de gestores competentes para, como num conclave, trabalhar pelo bem comum do Tribunal e da



Durval Ângelo discursa durante a solenidade. Foto: Acervo pessoal.

sociedade mineira”, disse ele, fazendo alusão ao lema da nova administração: “Tribunal de Contas de Minas Gerais: transformando controle em resultados”.

Além da posse da nova equipe diretiva, foi anunciada a nomeação do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro para a função de Ouvidor da Corte.



Durval Ângelo, Gustavo Vidigal e Telmo Passareli. Foto: TCE-MG.



Os presentes no evento. À esquerda, o Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo. Foto: TCE-MG.

## Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse dos novos gestores do TCE-MG

(continuação)

Na ocasião, Márcilio Barenco destacou a importância da parceria entre o MPC-MG e o TCE-MG, enfatizando que a atuação do *Parquet* Especializado será guiada pela escuta ativa e pela construção de soluções conjuntas com o Tribunal:

“A nossa participação será de escuta ativa e de construção de soluções, sempre com o compromisso de garantir a eficiência da Administração Pública e o interesse da sociedade mineira.”

A cerimônia também contou com a presença da Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lobo; dos Conselheiros em exercício Licurgo Mourão e Telmo Passareli; do novo Diretor-Geral do TCE-MG, Gustavo Vidigal, entre outras autoridades. ■



Márcilio Barenco, Licurgo Mourão, Edilene Lobo e Durval Ângelo. Foto: TCE-MG.



Márcilio Barenco, Licurgo Mourão, Durval Ângelo, Gustavo Vidigal e Adonias Monteiro. Foto: TCE-MG.



## Procurador-Geral do MPC-MG recebe Subprocurador-Geral de Contas do MPC-PA

por Simone Pereira

**N**a tarde do dia 14, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, recebeu, nas dependências da Procuradoria-Geral, o Subprocurador-Geral de Contas do MPC-PA e Diretor Adjunto da Ampcon, Stanley Botti Fernandes.

O encontro visou ao estreitamento de laços entre os *Parquets*, além da troca de experiências sobre boas práticas e desafios enfrentados no âmbito do controle externo. Durante a reunião, os Procuradores discutiram a importância da cooperação entre os Ministérios Públicos de Contas para aprimorar a fiscalização da gestão pública e otimizar o trabalho das instituições.

Na ocasião, Botti conheceu as dependências do MPC-MG e esteve acompanhado pelo Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.



Marcílio Barenco apresenta as dependências do MPC-MG.  
Foto: JK Freitas.



Stanley Botti, Marcílio Barenco e Licurgo Mourão.  
Foto: JK Freitas.

Marcílio Barenco destacou a relevância do diálogo entre os Órgãos Ministeriais:

“

*A cooperação entre os órgãos de controle fortalece nossa capacidade de fiscalização, tornando-a mais eficiente e transparente. O intercâmbio contínuo de experiências e boas práticas não apenas aprimora a atuação dos Ministérios Públicos de Contas, mas também reforça o controle da Administração Pública, garantindo benefícios diretos para a sociedade.*

”

O encontro reafirma o compromisso dos órgãos em manter um canal permanente de diálogo e troca de informações, assegurando uma atuação alinhada aos desafios do controle externo em nível nacional. ■

## Procurador-Geral do MPC-MG participa de evento sobre desafios da gestão municipal, realizado no TCM-GO

por Simone Pereira



O dispositivo de honra.. Foto: TCM-GO.

**N**a manhã do dia 18, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, participou do evento “Apoio técnico para o início de mandato – primeiros passos e grandes acertos”, promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), e pelo Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (MPC-MGO).

O encontro, realizado no Centro de Convenções de Goiânia, reuniu quase dois mil participantes, entre Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores, Secretários e servidores municipais.

O evento contou com o apoio de diversas instituições, como a Associação Goiana dos Municípios (AGM), e o Sebrae, e teve como objetivo capacitar os gestores públicos para os desafios do início de mandato, com foco na eficiência e na transparência na gestão pública.

Durante seu pronunciamento, Marcílio Barenco destacou a relevância da fiscalização e da orientação aos gestores municipais: “Esse apoio vem em boa hora, com ações de fiscalização e orientação. O início de mandato é o momento certo de instituir uma cultura voltada para a prevenção e o cuidado, com o intuito de evitar eventuais desvios.”



**Procurador-Geral do MPC-MG participa de evento sobre desafios da gestão municipal, realizado no TCM-GO**

(continuação)

O Procurador-Geral do MPCM-GO, Henrique Pandim, ressaltou a importância da inovação na gestão municipal: “Há de haver um espaço legítimo para que a gestão inove, pois é preciso buscar soluções para sair da mesmice. Essa busca deve ser pensada dentro do ordenamento jurídico, considerando que nem a mesmice nem a inovação insensata são desejáveis. As políticas públicas precisam ser baseadas em evidências embasadas.”



O Procurador-Geral do MPCM-GO, Henrique Pandim.  
Foto: TCM-GO.



O Presidente do TCM-GO, Conselheiro Joaquim de Castro.  
Foto: TCM-GO.



Marcílio Barenco durante sua fala. Foto: TCM-GO.

O Presidente do TCM-GO, Conselheiro Joaquim de Castro, reforçou o papel do Tribunal como parceiro dos gestores municipais: “As mulheres precisam entrar mais na política, eu peço às mulheres aqui presentes que quebrem essa barreira. Sobre o Tribunal, nós julgamos e fiscalizamos quem tem o poder político, então isso não é fácil, e nós estamos aqui para atender, da melhor forma possível, às expectativas do cidadão. É preciso saber ouvir, saber compreender o que é bom para aquele momento, para aquela situação, e também é importante fazer com amor.”

**Procurador-Geral do MPC-MG participa de evento sobre desafios da gestão municipal, realizado no TCM-GO****(continuação)**

O evento seguiu com palestras e minicursos abordando temas relevantes para a Administração Pública, como planejamento orçamentário, gestão fiscal e transparência.

Além das autoridades mencionadas, compuseram a mesa de honra o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson Silva (TCE-RR); o Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Estadual Bruno Peixoto; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), Desembargador Leandro Crispim; o Secretário de Relações Institucionais do Estado de Goiás, Armando Vergílio; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselheiro Hélder

Valin; a Juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), Ana Cláudia Veloso; a Vice-Prefeita de Goiânia, Coronel Claudia Lira; os Conselheiros do TCM-GO: Daniel Goulart, Vice-Presidente e Francisco José Ramos, Corregedor, além de Valcenôr Braz, Humberto Aidar e Sérgio Cardoso; os Conselheiros Substitutos do TCM-GO, Flávio Luna, Pedro Henrique Bastos e Laécio Guedes do Amaral; o Procurador MPCM-GO José Américo da Costa Júnior; os Deputados Estaduais Mauro Rubem, Bia de Lima, Cairo Salim, Virmondes Cruvinel e Júlio Pina; o Presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Carlão da Fox; o Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves; e o Presidente da União dos Vereadores de Goiás (UVG-GO), Francisco Carvalho. ■



José Américo da Costa Júnior, Henrique Pandim e Marcílio Barenco. Foto: Acervo pessoal.



## Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU

por Simone Pereira



Edilberto Carlos Pontes Lima, Cristina Machado, Edilson Silva, Luiz Antonio Guaraná, Marcílio Barenco, Milene Dias e Murillo Victor Umbelino Machado. Foto: JK Freitas.

*Evento celebra o décimo aniversário da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*

**N**a noite do dia 18, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Amp-con), Marcílio Barenco, participou do evento de lançamento da iniciativa “2025: Ano da Pessoa com Deficiência no Controle Externo”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O encontro aconteceu no Auditório do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília, e marcou os dez anos da Lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa Com Deficiência.

### Marcílio Barenco destaca a importância da linguagem inclusiva e projetos de acessibilidade no controle externo

Em seu discurso, o Procurador-Geral do Parquet de Contas mineiro ressaltou a importância do uso correto da terminologia, enfatizando que o termo “pessoa com deficiência” deve ser adotado no controle externo, em substituição a expressões ultrapassadas como “portador de deficiência” ou “portador de necessidade especial”. “A data de 13 de dezembro de 2006 marca a celebração da Convenção da ONU da Pessoa com Deficiência,

## Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU

(continuação)

e essa é a terminologia correta que devemos usar”, afirmou, apontando que a mudança de terminologia é essencial para promover a inclusão e o respeito às pessoas com deficiência.

Além disso, Barenco destacou o papel da Ampcon na promoção de boas práticas e citou a atuação de importantes associados da entidade, como o embaixador Sérgio Caribé e a embaixadora Maísa de Castro, cujos exemplos de superação têm inspirado a todos: “Enquanto reclamamos de pequenas coisas, vemos a garra e a superação dessas pessoas, o que nos faz refletir sobre a nossa própria postura diante das dificuldades do dia a dia”.

Em sua intervenção, ele também falou sobre dois projetos de destaque na área da acessibilidade e inclusão. O primeiro, uma iniciativa do MPC, visa promover a “acessibilidade total” em todo o país, enquanto o segundo diz respeito à Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência, coordenada pelo Defensor Público de Minas Gerais, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, que reúne diversas instituições para garantir respostas rápidas às violações de direitos das pessoas com deficiência. “Essas

práticas devem ser trabalhadas em todo o Brasil, para garantir que as violações sejam prevenidas e resolvidas de forma eficaz”, concluiu Barenco.

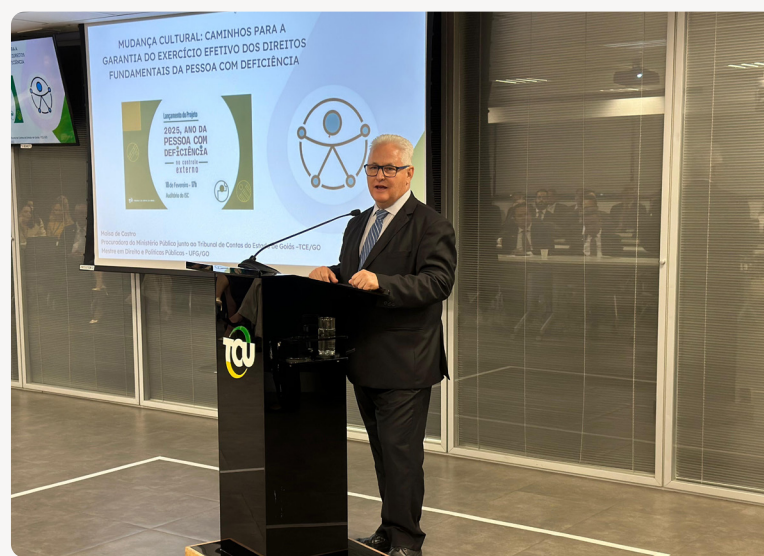
## Gabriel Léger apresenta recomendações sobre acessibilidade

Por sua vez, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR), e Coordenador do Comitê de Acessibilidade e Inclusão do Instituto Ruy Barbosa (IRB), Gabriel Guy Léger, apresentou a síntese da Nota Recomendatória conjunta elaborada por diversas entidades que compõem o Sistema de Controle Externo. O documento, desenvolvido pelo Comitê de Acessibilidade e Inclusão do IRB, com colaboração do Ministério Público de Contas, traz 15 recomendações voltadas à promoção de acessibilidade e inclusão.

Léger agradeceu ao presidente do TCU e à Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do TCU pelo espaço e apoio ao projeto. “Em 2011, nossa Procuradora Maísa percebeu que a Lei 10.098, que trata da acessibilidade, já não estava sendo cumprida. Assim, promo-



Marcílio Barenco durante sua fala. Foto: JK Freitas.



O Procurador-Geral do MPC-PR e Coordenador do Comitê de Acessibilidade e Inclusão do IRB, Gabriel Guy Léger. Foto: JK Freitas.



## Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU

(continuação)

vemos o projeto ‘Ministério Público de Contas pela Acessibilidade Total’, para incluir a acessibilidade nas matrizes de fiscalização dos Tribunais de Contas”, explicou.

Léger enfatizou a importância do trabalho colaborativo entre os Tribunais e outras instituições para avançar nas ações de acessibilidade. “Vamos ampliar o comitê, trazendo mais membros e Tribunais para compartilhar experiências e avançar nas ações de acessibilidade”, concluiu.

A Nota Recomendatória, assinada por oito entidades de controle externo, destaca a necessidade de adaptação dos espaços físicos dos Tribunais para garantir acessibilidade arquitetônica, comunicacional e metodológica. Além disso, promove a acessibilidade digital e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com foco nas entidades públicas e empresas terceirizadas, utilizando sítios eletrônicos que atendam as normas de acessibilidade digital, com mecanismos e ferramentas que permitam o seu uso por pessoas com restrição sensorial, cognitiva e/ou de mobilidade, a exemplo de libras, leitor de telas, foco visível, entre outros.

Assinam a Nota: o Instituto Rui Barbosa (IRB); a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC); a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom); a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon); a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon); o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC); e a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC).

Confira sua íntegra [aqui](#).



Marcílio Barenco assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.



Milene Dias assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.



Edilberto Pontes assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.



Edilson Silva assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.



Murillo Victor Umbelino Machado assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.

## Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU

(continuação)



Cristina Machado assina Nota Recomendatória.  
Foto: JK Freitas.

### Maísa de Castro Souza defende implementação efetiva das políticas de inclusão

Por fim, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, Maísa de Castro Souza, destacou a importância de transformar as leis de inclusão em ações concretas. Para ela, o Brasil já possui um arcabouço jurídico invejado mundialmente quando se trata dos direitos das pessoas com deficiência, mas o grande desafio está na implementação efetiva dessas políticas. “Nós precisamos começar a fazer política pública de modo mais inteligente, planejado, onde consigamos aferir os resultados e medir se realmente atingimos os objetivos propostos.” Segundo Maísa, a falta de planejamento faz com que muitas políticas públicas sejam criadas com “base no achismo”, sem avaliação de impacto real.

Além dos desafios estruturais e de acesso, a Procuradora destacou que o capacitismo é um dos maiores entraves enfrentados pelas pessoas com deficiência. De acordo com ela, ainda existe um imaginário coletivo que associa a deficiência à incapacidade, o que limita as oportunidades dessas pessoas no mercado de



A Procuradora do MPC-GO Maísa de Castro Sousa, ao púlpito. Foto: JK Freitas.

trabalho e em outras áreas da vida. Para combater isso, Maísa enfatizou a importância da representatividade e da ocupação de espaços: “Para que a gente consiga enfrentar o capacitismo, as pessoas com deficiência têm que estar nos espaços, provar o seu valor o tempo todo e mostrar que são capazes.”

A Procuradora concluiu reforçando que a inclusão não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas toda a sociedade, visto que o envelhecimento natural da população torna essencial a construção de um ambiente acessível a todos. Ela ressaltou que os Tribunais de Contas têm um papel fundamental nesse processo, garantindo que as políticas públicas sejam efetivamente aplicadas e que o ciclo da inclusão se retroalimente, promovendo mudanças estruturais e culturais duradouras.

### Presenças de destaque reforçam compromisso com a acessibilidade

Além das autoridades já mencionadas, também estiveram presentes representantes da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), como o Vice-Presidente da entidade e Procurador do MPTCU, Rodri-



**Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU**

(continuação)

go Medeiros; o Diretor Adjunto e Subprocurador-Geral de Contas do MPC-PA, Stanley Botti Fernandes; e o 2º Tesoureiro da Ampcon e Procurador-Geral do MPC-AL, Enio Andrade Pimenta.



Autoridades presentes; à frente: Rodrigo Medeiros, Júlio Marcelo e Cristina Machado Costa e Silva. Na segunda fileira: Stanley Botti, Maísa de Castro Sousa, Murillo Victor Umbelino Machado e Marcílio Barenco. Foto: JK Freitas.

Representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), participaram o Presidente da Corte, Conselheiro Durval Ângelo, e o Corregedor, Conselheiro Gilberto Diniz.

Também estiveram presentes o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Edilberto Carlos Pontes Lima; o Vice-Presidente do IRB e Conselheiro do TCE-RS, César Miola; o Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio), Luiz Antônio Guaraná; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Edilson Silva; a Presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Conselheira Substituta Milene Dias da Cunha; e o Vice-Presidente Nacional da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Murillo Victor Umbelino Machado (TCE-RN), representando a entidade. ■



Os presentes no lançamento. Foto: JK Freitas.



**Procurador-Geral do MPC-MG participa do lançamento de iniciativa sobre acessibilidade promovida pelo TCU**  
(continuação)

**GALERIA DE FOTOS**



**LEGENDAS**

**1:** A Presidente do CNPGC e Procuradora-Geral do MPTCU, Cristina Machado Costa e Silva. | **2:** O Vice-Presidente Nacional da ANTC, Murillo Victor Umbelino Machado, durante sua fala. | **3:** O Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcelio Barenco. | **4:** O Conselheiro do TCE-MG, Gilberto Diniz (à esquerda). | **5:** O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo. | Fotos: JK Freitas.



## Subprocurador-Geral do MPC-MG prestigia posse do novo Ouvidor do MPMG

por Simone Pereira



Autoridades presentes no evento. Foto: MPMG.

No dia 20, o Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel Guimarães, representou a instituição na solenidade de posse do Promotor de Justiça, Rolando Carabolante, como Ouvidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Na ocasião, o servidor Rodrigo Gatti representou a Procuradora-Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura.

Além das autoridades já mencionadas, compuseram a mesa de honra: o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Paulo de Tarso Moraes Filho; o Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida; a Ouvidora do MPMG no período de 2021 a 2024, Nádia Estela Ferreira Matheus; a Ouvidora Adjunta do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargadora Maria Luísa Santana Assunção; a Defensora Pública auxiliar, Giza Magalhães Gaudereto; a Ouvido-

ra-Geral do Estado de Minas Gerais, Gabriela Câmara Campos Bernat Siqueira; e a Presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e Primeira Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Larissa Rodrigues Amaral. A cerimônia contou, ainda, com a presença de diversas autoridades do meio jurídico e do controle externo.

Após a assinatura do Termo de Posse e realizado o juramento, o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, por meio de um vídeo, ressaltou a importância da Ouvidoria no acolhimento das demandas da população. O Chefe do Poder Executivo destacou a atuação da Promotora Nádia Estela Ferreira, responsável por promover uma gestão de grande colaboração com o Estado, e reafirmou seu compromisso com a transparência e a ética nos processos. Zema afirmou: “Muitas vezes, é o

## Subprocurador-Geral do MPC-MG prestigia posse do novo Ouvidor do MPMG

(continuação)

canal mais próximo, acessível, rápido e seguro para resolver os problemas.”

Em seguida, Nádia Estela Ferreira, ao proferir seu discurso, expressou gratidão pelos quatro anos dedicados à função e frisou a importância da Ouvidoria como um espaço de confiança, acolhimento e transformação para os cidadãos. Nádia apontou que, ao assumir o cargo, foi a primeira Promotora de Justiça a ocupá-lo, o que representou um desafio pessoal e histórico, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Ela compartilhou conquistas como a implementação do projeto “Roda de Conversas”, que promoveu a capacitação dos servidores e a redução significativa no encaminhamento de manifestações, graças ao trabalho de triagem da Ouvidoria.

Por sua vez, Rolando Carabolante, novo Ouvidor-Geral do MPMG, falou de seu compromisso em simplificar os procedimentos da Ouvidoria e garantir que todas as manifestações sejam tratadas com seriedade. Ele afirmou: “Vamos simplificar procedimentos e garantir que cada denúncia, sugestão ou elogio sejam tratados com respeito e seriedade, fortalecendo a Ouvidoria como um espaço de diálogo e de construção coletiva, promovendo uma relação que integre modernidade, inclusão e eficiência.” Carabolante também enfatizou a importância do trabalho coletivo, agradecendo a confiança recebida e destacando que as maiores conquistas vêm do diálogo interno e da construção de consensos.

Ao final, a palavra foi passada para o Procurador-Geral de Justiça, Paulo de Tarso Moraes Filho, que afirmou que a Ouvidoria é um órgão autônomo de grande relevância, cujo trabalho visa melhorar os padrões de transparência, agilidade e segurança da instituição. Paulo de Tarso falou sobre a experiência de Carabolante, enfatizando sua capacidade de ouvir com empatia e agir de forma justa. Concluiu expressando confiança de que o novo Ouvidor



Rodrigo Gatti, Rolando Carabolante e Daniel Guimarães.  
Foto: JK Freitas.

dará continuidade ao excelente trabalho feito por seus antecessores e desejando sucesso e sabedoria ao empossado.

O novo Ouvidor do MPMG exercerá o cargo no biênio 2025-2026, com a missão de fortalecer o canal de comunicação entre a sociedade e o Ministério Público, assegurando transparência e eficiência no atendimento às demandas da população.

A solenidade foi transmitida ao vivo pelo canal oficial do MPMG no YouTube. ■

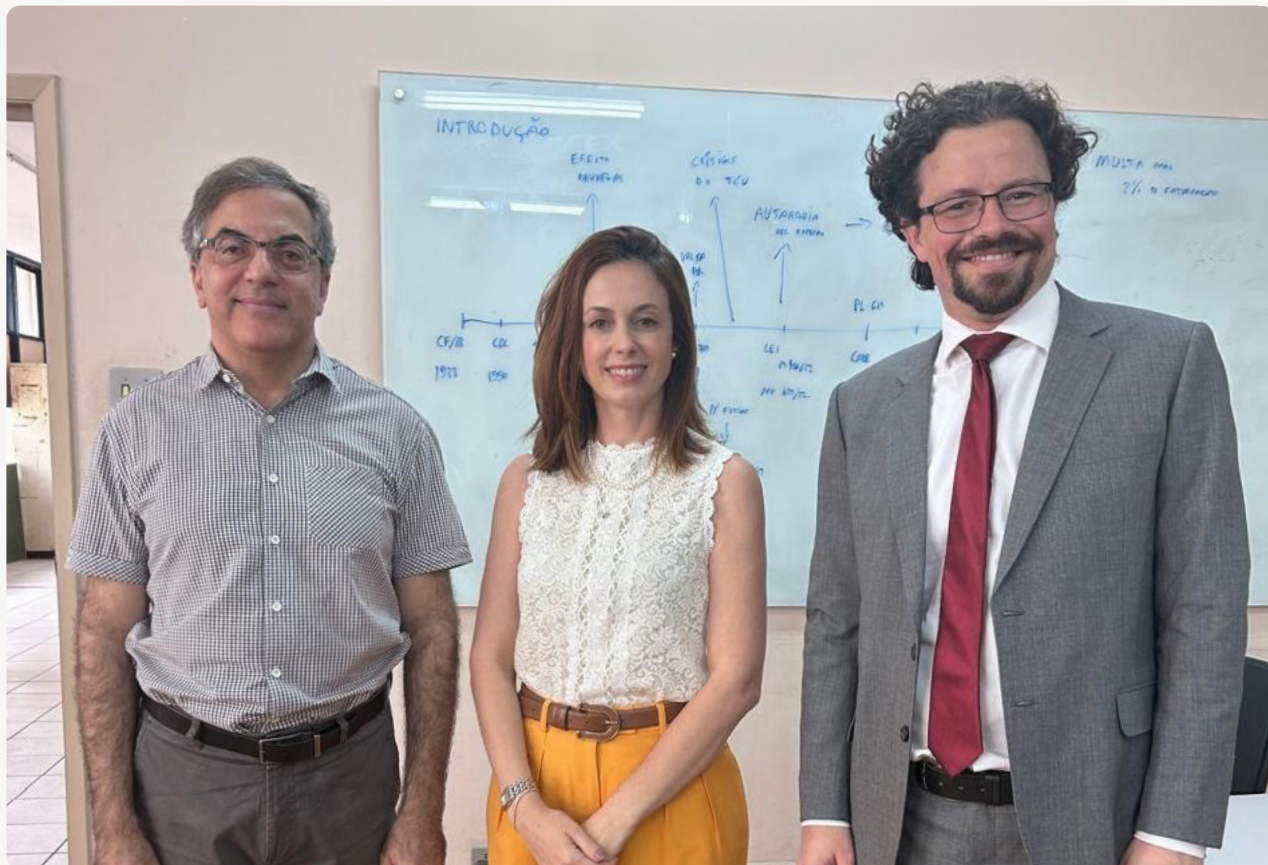


O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães (à direita), e o novo Ouvidor empossado, Rolando Carabolante. Foto: MPMG.



## Procuradora do MPC-MG defende monografia em Especialização da UFMG

por Simone Pereira



Florivaldo Dutra de Araújo, Cristina Andrade Melo e Fernando Couto Garcia. Foto: Acervo pessoal.

**N**a manhã do dia 25, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Cristina Andrade Melo defendeu sua monografia no Curso de Especialização em Contratações Públicas, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Orientada pelo professor Florivaldo Dutra de Araújo, a Procuradora abordou tema inovador sobre “O advérbio ‘preferencialmente’ na nova lei de licitações e contratos administrativos”.

A Lei federal n. 14.133/2021, atual lei que regula licitações e contratos administrativos,

empregou o advérbio “preferencialmente” em 16 artigos diferentes, o que significa dizer que em 16 oportunidades o verbo núcleo do comando normativo foi modificado pelo uso do referido advérbio. Diante disso, questionou-se na pesquisa se a lei confere discricionariedade ao administrador público na aplicação da norma, isto é, se este possui liberdade de escolha entre as opções delineadas pela lei, todas de mesmo valor perante o direito.

Cristina Andrade Melo obteve aprovação no curso após ser examinada pela banca composta por seu orientador e pelo professor Fernando Couto Garcia. ■

## MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir

por Simone Pereira



Os participantes da reunião. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais marcou presença na reunião ordinária da Rede Mineira de Ouvidorias Públicas (Rede Ouvir), realizada no dia 25, e sediada na Prefeitura de Belo Horizonte. Na ocasião, a Procuradora Ouvidora do *Parquet* de Contas mineiro, Elke Moura, foi representada por sua Assessora, Giovanna Bonfante.

O evento teve como tema “Ouvidoria, Tecnologia e Inteligência Artificial”, e contou com uma palestra ministrada por Valmir Gomes Dias, Ouvidor-Geral do Estado de São Paulo. Além disso, foram discutidas questões administrativas da Rede, como a celebração do Dia do Ouvidor, a Ouvidoria Itinerante e os relatos dos Ouvidores.

### SAIBA MAIS

A Rede Mineira de Ouvidorias, com atuação em nível estadual, tem como escopo consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre as instituições partícipes, visando fomentar a expansão do instituto da Ouvidoria em prol do cidadão e do fortalecimento de ferramentas ligadas ao controle social. A adesão do MPC-MG a essa Rede foi firmada em agosto de 2023. ■



# MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **JANEIRO**.

**1.428**

PROCESSOS **ENTRARAM**

**1.126**

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER,  
DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

## AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

**26** Notícias de Irregularidades

**02** Inquéritos Cíveis

**01** Pedido de Cooperação

**01** Procedimento Preparatório



# LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

## A Atuação da ANPD na 13ª Edição do Diálogo Digital Brasil-União Europeia: Cooperação em Inteligência Artificial e Proteção de Dados

No dia 12 de fevereiro, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participou da 13ª edição do Diálogo Digital Brasil-União Europeia, realizado em Bruxelas, Bélgica. O encontro reafirmou o compromisso de ambos os lados com a inovação, o desenvolvimento digital e a proteção de direitos fundamentais.

Na ocasião, foi aprovado o Plano de Trabalho bilateral para o biênio 2025-2026, abrangendo temas como governança de dados, plataformas digitais, inteligência artificial (IA), conectividade e economia digital.

O Diretor-Presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior informou que a ANPD deverá assumir o papel de autoridade reguladora central de IA no Brasil, conforme estabelecido no Projeto de Lei n. 2.338/2023. Além disso, apresentou o modelo de co-regulação adotado, que busca equilibrar supervisão e estímulo à inovação.

No que diz respeito à transferência internacional de dados, foi apresentada a Resolução n. 19/2024, que estabelece regras para esse processo e define cinco mecanismos para assegurar conformidade com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), incluindo normas corporativas globais, cláusulas contratuais padrão e decisões de adequação.

Ao final do evento, Brasil e União Europeia firmaram um Comunicado Conjunto, reforçando a parceria em prol do desenvolvimento digital e da governança global da tecnologia, com objetivo de criar um ambiente inovador que preserve os direitos humanos e os valores democráticos<sup>1</sup>.

### FONTE

<sup>1</sup> Adaptado em: <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-participa-da-13a-edicao-do-dialogo-digital-brasil-uniao-europeia-e-reforca-cooperacao-em-ia-e-protecao-de-dados>>. Acesso em 14/02/2025.



# COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### Informativo nº 1.163

**Resumo:** “São inconstitucionais – pois afrontam o art. 167, IV, da CR/1988 – dispositivos de lei estadual que vinculam a receita de impostos ao pagamento de Prêmio por Desempenho Fiscal (PDF) ou de gratificação a inativos e pensionistas” (ADI 3.516/CE, Relator: Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 13.12.2024).

**Teses fixadas:** “1. É constitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias ao ente federativo que descumprir os critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. 2. Admite-se o controle judicial das exigências feitas pela União no exercício da fiscalização desses regimes. Nesse caso, o ente fiscalizado deverá demonstrar, de forma técnica: (i) a inexistência do déficit atuarial apontado; ou, (ii)

caso reconheça o desequilíbrio, a impertinência das medidas impostas pela União e a existência de plano alternativo capaz de assegurar, de maneira equivalente, a sustentabilidade do regime” (RE 1.007.271/PE – Tema 968 RG, Relator: Ministro Edson Fachin, Redator do acórdão: Ministro Flávio Dino, julgamento virtual finalizado em 13.12.2024).

### Informativo nº 1.164

**Resumo:** “É inconstitucional – por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (CR/1988, art. 22, XXIV) – Lei municipal que proíbe o uso da denominada linguagem neutra na grade curricular e no material didático das suas instituições de ensino públicas ou privadas” (ADPF 1.165/MG, Relatora: Ministra Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 03.02.2025).

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Informativo nº 839

**Destaque:** “A Lei das Estatais (Lei n. 13.303/2016) não incide às empresas supranacionais, condição da Itaipu Binacional” (RO 275-PR, Relator: Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 4.2.2025, DJEN 10.2.2025).

**Destaque:** “Uma vez cumprida a obrigação de fazer pelo ente estadual, o Ministério Público possui legitimidade para, concorrentemente ao Estado, promover a execução de obrigação de pagar relativa à tutela de direitos difusos” (AREsp 2.072.862-SP, Relator: Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, por maioria, julgado em 4.2.2025).



**COLUNA IURISPRUDENTIA**

(continuação)

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Boletim de Jurisprudência nº 522****Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Documento falso. Fraude. Atestado de capacidade técnica.**

A apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso configura, por si só, prática de fraude à licitação e enseja declaração de inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública federal (art. 46 da Lei nº 8.443/1992), bem como daquelas realizadas pela Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios em que haja aporte de recursos federais (Acórdão 2467/2024 – Plenário. Representação. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues).

**Licitação. Participação. Restrição. Entidade sem fins lucrativos.**

É possível a participação de instituições sem fins lucrativos em licitações, utilizando-se dos seus benefícios tributários na formulação das propostas de preços, quando houver nexo entre os serviços a serem prestados e os objetivos estatutários da entidade prestadora dos serviços. (Acórdão 2481/2024 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator Ministro Augusto Nardes).

**Pessoal. Cargo público. Investidura (Pessoal). Exoneração de pessoal. Posse (Pessoal). Serviço público. Vínculo.**

É possível considerar, excepcionalmente, que o decurso de prazo exíguo entre a exoneração do cargo anterior e a posse no novo cargo, não acumulável, não interrompe o vínculo do servidor com o serviço público (Acórdão 2512/2024 – Plenário. Administrativo. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus).

**Boletim de jurisprudência nº 524****Licitação. Qualificação econômico-financeira. Exigência. Balanço patrimonial. Demonstração contábil. Microempreendedor individual.**

Para participação em licitação regida pela Lei nº 14.133/2021, o microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial (art. 1.179, § 2º, do Código Civil), deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o referido balanço e as demais demonstrações contábeis (art. 69, inciso I, e art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021) (Acórdão 2586/2024 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Aroldo Cedraz).





**COLUNA IURISPRUDENTIA**

(continuação)

**Licitação. Julgamento. Critério. Licitação de técnica e preço. Serviço intelectual. Serviço técnico especializado. Licitação de melhor técnica.**

O critério de julgamento de “melhor técnica” ou de “técnica e preço” deve ser adotado para a contratação dos serviços técnicos especializados previstos no art. 6º, inciso XVIII, alíneas ‘a’, ‘d’ e ‘h’, da Lei nº 14.133/2021 (projetos, fiscalizações e ensaios técnicos) com valores estimados superiores ao estabelecido no art. 37, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pois tais serviços possuem, em regra e presumidamente, complexidade que exige a aferição da técnica (Acórdão 2619/2024 – Plenário. Denúncia. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus).

**Boletim de jurisprudência nº 525****Responsabilidade. Bolsa de estudo. Obrigação. Descumprimento. Taxa. Pagamento. CNPq.**

O descumprimento de obrigação assumida pelo CNPq suficiente para obstaculizar o atingimento das finalidades de bolsa de estudos concedida, a exemplo da falta de pagamento de taxas escolares, caracteriza culpa exclusiva da Administração e afasta a responsabilidade do bolsis-

ta pelo dano referente à não consecução dos objetivos pactuados, cabendo o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalvas (Acórdão 78/2025 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer).

**Responsabilidade. Convênio. Delegação de competência. Legislação. Secretário. Município. Ordenador de despesas. Culpa in eligendo. Culpa in vigilando. Agente político. Prefeito.**

O fato de o Prefeito ter assinado, na condição de agente político, o instrumento do convênio e o encaminhamento da prestação de contas, por si só, não implica sua responsabilização por eventuais irregularidades na execução do ajuste, se houver Lei municipal delegando a Secretário a função de ordenador de despesas em sua respectiva unidade administrativa. Nesse caso, não é cabível analisar culpa *in vigilando* ou culpa *in eligendo*, uma vez que não há propriamente delegação de competência em sentido estrito, mas atribuição legal de responsabilidade ao Secretário municipal pelo próprio ente federativo, não pelo Prefeito (Acórdão 74/2025 – Plenário. Recurso de Revisão. Relator: Ministro Antonio Anastasia).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Boletim de jurisprudência nº 342**

**Ementa:** Direito Administrativo e Constitucional. Mandado de Segurança. Concurso público para delegação de serviços de tabelionato e registro em Minas Gerais. Pretensão de nova convocação pessoal. Exigência de acompanhamento das publicações em Diário Oficial. Longo lapso temporal. Nulidade da convocação anterior. Segurança concedida.

**Tese de julgamento:** O longo lapso temporal entre os atos de um concurso público exige que a Administração Pública adote meios eficazes

de comunicação pessoal aos candidatos convocados, garantindo a efetiva ciência dos atos, sob pena de violação aos princípios da publicidade e da razoabilidade. A previsão editalícia de publicações exclusivamente em Diário Oficial deve ser interpretada em consonância com os princípios constitucionais, especialmente quando o edital também impõe ao candidato a obrigação de manter dados atualizados para comunicação pessoal (TJMG - Mandado de Segurança nº 1.0000.24.358494-3/000, Relator: Desembargador Armando Freire, Órgão Especial, j. em 09.01.2025, p. em 10.01.2025).

**COLUNA IURISPRUDENTIA**

(continuação)

**Ementa:** Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer. Direito à saúde. Tutela de urgência. Tratamento médico para menor com transtorno do espectro autista. Multidisciplinar. Plano de saúde. Rol da ANS. Exemplificativo. Lei federal nº 14.454/22. Requisitos preenchidos. Fornecimento de medicamentos. Tratamento domiciliar. Ausência de dever de fornecimento. Prazo fixado. Razoável. Parcial provimento ao recurso da operadora.

- Para a concessão da tutela provisória, imprescindível se faz a presença concomitante dos requisitos elencados no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, observada a impossibilidade de a medida liminar produzir efeitos irreversíveis.

- A recente promulgação da Lei federal nº 14.454/22 determinou que o rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar fornecido pela ANS constitui mera referência para os planos privados de assistência médica, afastando, assim, a hipótese de taxatividade anteriormente aplicada.

- A Resolução Normativa ANS nº 539/2022 dispõe que, para a cobertura dos procedimentos que envolvam o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtornos globais do desenvolvimento, incluindo o transtorno do espectro autista, a operadora deverá oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico assistente para tratar a doença ou agravo do paciente.

- Consoante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é lícita a exclusão, na Saúde Suplementar, do fornecimento de tratamento em ambiente domiciliar, de modo que merece reforma a decisão no que tange ao fornecimento de medicamentos pela operadora.

- Tendo em vista a urgência da situação por se tratar de tratamento médico necessário à manutenção da saúde e desenvolvimento do menor agravado, razoável a multa diária fixada e o prazo estabelecido para o fornecimento do tratamento.

V.v. - O rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS possui caráter exemplificativo, não se limitando às coberturas mínimas obrigatórias.

- É abusiva a negativa de cobertura de tratamento ou medicamento prescrito por médico, ainda que ausente no rol da ANS, desde que comprovada sua eficácia e necessidade para o quadro clínico do paciente.

- A ausência de registro do medicamento na Anvisa não impede sua cobertura pelo plano de saúde, desde que sua importação tenha sido autorizada pela mesma agência (TJMG - Agravo de Instrumento nº 1.0000.24.411788-3/001, Relator: Desembargador Marcus Vinícius Mendes do Valle (JD Convocado), 19ª Câmara Cível, j. em 19.12.2024, p. em 9.1.2025).

**Boletim de jurisprudência nº 343**

**Ementa:** Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal. Inclusão de evento no calendário oficial do Município. Inconstitucionalidade formal. Não configuração. Ação direta julgada improcedente.

- Não incorre em inconstitucionalidade a Lei municipal que apenas determina a inclusão de determinado evento no calendário municipal, sem que se possa falar em iniciativa reservada do Executivo a tal respeito (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.0000.22.289154-1/000, Relator: Desembargador José Marcos Vieira, Órgão Especial, j. em 24.1.2025, p. em 27.1.2025).

**Ementa:** Direito Administrativo. Apelação cível. Município de Mato Verde. Ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Ausência de aplicação do percentual mínimo de 25% em educação. Incidência da Lei nº 14.230/2021. Dolo específico. Ausência. Ato de improbidade não configurado.

**Tese de julgamento:**

- A configuração de ato de improbidade administrativa nos termos do art. 10 da Lei nº 8.429/1992 exige a comprovação de dolo específico, não bastando a mera irregularidade formal ou ilegalidade.



**COLUNA IURISPRUDENTIA**

(continuação)

- A inobservância do percentual mínimo de 25% de aplicação em educação, prevista no art. 212 da Constituição da República, não caracteriza improbidade administrativa na ausência de comprovação de prejuízo efetivo ao erário e do elemento subjetivo dolo específico. - Disposi-

tivos relevantes citados: CR/1988, art. 212; Lei nº 8.429/1992, arts. 1º, § 2º, 10, XI, e 11, § 1º (TJMG - Apelação Cível nº 1.0000.24.222426-9/001, Relatora: Desembargadora Juliana Campos Horta, 1ª Câmara Cível, j. em 29.1.2025, p. em 30.1.2025).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Informativo de jurisprudência nº 302**

**Consulta. Servidor público municipal aposentado pelo RGPS. Novo cargo efetivo. Concurso público. Possibilidade. Servidor estatutário aposentado pelo RGPS. Complementação dos proventos pelo Município. Vedação. Reservas. Aposentadoria voluntária pelo RGPS. Manutenção do servidor no cargo efetivo. Impossibilidade. Rompimento do vínculo com a Administração Pública. Instituição pelo Município de contribuição previdenciária de servidores ativos ou inativos e pensionistas vinculados ao RGPS. Incompetência. Servidor municipal aposentado pelo RGPS e em exercício em cargo efetivo em Município não amparado por RPPS. Afastamento por motivo de doença. Recebimento do salário integral somente durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento.**

1) O servidor público municipal aposentado pelo RGPS poderá exercer novo cargo efetivo, mediante concurso público, em Município amparado ou não por RPPS, por não haver vedação constitucional de acumular remuneração de cargo público com proventos de aposentadoria concedida pelo RGPS, com utilização de vínculo contributivo diverso, nos termos do art. 37, II, §§ 10 e 14, da CR/1988; do art. 170 da Portaria MTP n. 1.467/2022, e em consonância com a jurisprudência emanada do STF.

2) O Município não poderá complementar os proventos de servidor estatutário aposentado pelo RGPS, salvo se a complementação de apo-

sentadoria ao segurado que tenha contribuído acima do limite máximo do RGPS estiver prevista na lei de extinção do RPPS, conforme previsto no art. 37, § 15, da CR/1988, e no art. 181 da Portaria MTP n. 1.467/2022. Ressalvando-se, ainda, que tal vedação não se aplica a complementações de aposentadorias e pensões concedidas até 13.11.2019, data da entrada em vigência da EC n. 103/2019, por força da redação de seu art. 7º.

3) O servidor público municipal estatutário não poderá permanecer no exercício das atribuições de seu cargo efetivo após a concessão de aposentadoria voluntária pelo RGPS, com a utilização de tempo de contribuição dele decorrente, haja vista o rompimento de seu vínculo com a Administração Pública, nos termos do art. 37, II, §§ 10 e 14, da CR/1988; do art. 170 da Portaria MTP n. 1.467/2022, e de acordo com a jurisprudência do STF.

4) O Município não possui competência para instituir contribuição previdenciária de servidor estatutário ativo ou inativo e de pensionista deles decorrentes vinculados ao RGPS, conforme previsto nos artigos 149, § 1º, e 201, *caput*, da CR/1988, e das Leis federais n. 8.212 e 8.213/1991. Na hipótese de extinção do RPPS, o ente federativo somente poderá manter a alíquota de contribuição de segurado que tenha cumprido os requisitos para a aposentadoria antes da vigência da lei de extinção do RPPS, e de beneficiário em fruição de aposentadoria ou de pensão por morte, situações em que não haverá a migração do segurado ou do beneficiário ao RGPS, a teor do disposto no art. 37, § 15, da

**COLUNA IURISPRUDENTIA**

(continuação)

CR/1988, no art. 10 da Lei federal n. 9.717/1998, e no art. 181 da Portaria MTP n. 1.467/2022.

5) O servidor municipal aposentado pelo RGPS, e em exercício em cargo efetivo em Município não amparado por RPPS, quando afastado da atividade por motivo de doença, tem direito a receber do Município o seu salário integral somente durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do seu afastamento, nos termos do § 3º do art. 60 da Lei federal nº 8.213/1991 (Processo 1.066.775 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Wanderley Ávila. Prolator do voto vencedor: Conselheiro Substituto Licurgo Mourão. Deliberado em 11.12.2024. Publicado em 27.01.2025).

**Consulta. Recursos do Fundeb. Instituto da Readaptação. Abono. Profissionais em efetivo exercício. Professores readaptados. Educação básica. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Remuneração de profissionais da educação básica.**

1. Apenas servidores que já exerciam serviços de apoio técnico-administrativo e operacional, bem como atividade docente, na rede de ensino básica e foram readaptados para outra função nessa mesma rede de ensino podem ser incluídos no artigo 70 da LDB.

2. A partir de 28.12.2021, data da publicação da Lei nº 14.276/2021 no Diário Oficial da União, o abono pode ser concedido ao professor readap-

tado, desde que esteja em efetivo desempenho das atividades profissionais previstas no art. 26, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.113/2020, nas redes de ensino de educação básica.

3. Entre o início de vigência da Lei nº 14.113 em 25.12.2020 até o início de vigência da Lei nº 14.276 em 28.12.2021, os “profissionais da educação básica em efetivo exercício” são aqueles definidos no art. 61 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e no art. 1º da Lei nº 13.935/2019, conforme consta no parágrafo único, inciso II, do art. 26 da Lei nº 14.113/2020 (Processo 1.112.538 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Durval Ângelo. Deliberado em 11.12.2024. Publicado em 20.12.2024).

**Consulta. Secretaria de Fazenda Municipal. Apuração da relação entre despesas correntes e receitas correntes. Art. 167-A da Constituição da República. Apuração do Limite. Superávit financeiro. Despesas correntes empenhadas. Não inclusão.**

Na apuração da relação entre despesas correntes e receitas correntes de que trata o art. 167-A da Constituição da República, não devem ser contabilizadas as despesas correntes empenhadas que tiveram como lastro créditos suplementares ou especiais abertos com recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior (Processo 1.160.617 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Deliberado em 11.12.2024. Publicado em 27.01.2025).







**MPC-MG**

Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

# MPC NOTÍCIAS

FEVEREIRO 2025 · EDIÇÃO 33

**PROCURADOR-GERAL**

MARCÍLIO BARENCO

**SUBPROCURADOR-GERAL**

DANIEL GUIMARÃES

**EDIÇÃO**

SIMONE PEREIRA

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

GUILHERME FERNANDES

**REVISÃO**

LÍLIAN DE OLIVEIRA

AGHISAN XAVIER

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

[www.mpc.mg.gov.br](http://www.mpc.mg.gov.br)

INSTAGRAM



@mpc\_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR



Ministério Público de Contas  
do Estado de Minas Gerais